

ESTADO DE RONDÔNIA MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM DE LEI N° 208, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Edis.

Estamos encaminhando para apreciação dessa Augusta Casa de Leis o presente Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 918, de 10 de junho de 2019, e dá outras providências".

Como consabido, o surto do novo coronavírus, causador da doença COVID-19, se estendeu por todos os Estados brasileiros por meio de transmissão comunitária, resultando no Estado de Calamidade Pública instalado no país e declarado em âmbito municipal através do Decreto nº 1.848, de 22 de março de 2020. Também é sabido que os profissionais da saúde integram a linha de frente na batalha contra a pandemia, compondo número considerável de contaminados pelo novo coronavírus. Aliado a isso, o quantitativo de profissionais aprovados em concurso público e convocados para ingressar no quadro de pessoal efetivo do Sistema Municipal de Saúde não tem sido suficiente para suprir a demanda, ocasionado frequentes lacunas nas escalas de trabalho nas Unidades de Saúde do Município. Por tais razões, visando assegurar a oferta dos serviços prestados por tais profissionais e contribuir para a contenção de riscos e danos à saúde pública, imperiosa a prorrogação do prazo previsto no caput, do artigo 1°, da Lei nº 918, de 10 de junho de 2019, e, consequentemente, da vigência das contratações de servidores por prazo determinado autorizadas por referida Lei.

Destarte, devido à importância da matéria, requeiro sua tramitação em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, conforme autoriza o Regimento Interno dessa Casa.

Desde já conto com o apoio dos Nobres Edis para aprovação da Norma.

Lido em Plenário 20

EVANDRO MARQUES DA SIL Vamara Munscipal de Monte Negro

Expediente Legislativo



ESTADO DE RONDÔNIA MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 40, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Altera a Lei nº 918, de 10 de junho de 2019, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1°. O *caput*, do artigo 1°, da Lei nº 918, de 10 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 1º. Fica o Município autorizado a contratar servidores por prazo determinado através de processo seletivo simplificado de análise de currículo e por 180 (cento e oitenta dias) contados da assinatura do respectivo contrato de prestação de serviços, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 2°. Ficam prorrogados por igual período os contratos por prazo determinado em vigor firmados entre o Município e servidores decorrentes do processo seletivo simplificado autorizado pela Lei nº 918, de 10 de junho de 2019.

Parágrafo único. Os contratos por prazo determinado de que trata o *caput* serão rescindidos automaticamente após a convocação e posse dos candidatos aprovados em concurso público vigente.

Art. 3°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVANDRO MAROUES DA SILVA Prefeito